

CONCEITOS

- Incidente: qualquer descarga de substância nociva ou perigosa, decorrente de fato ou ação intencional ou acidental que ocasione risco potencial, dano ao meio ambiente ou à saúde humana;
- Alijamento: todo despejo deliberado de resíduos e outras substâncias efetuado por embarcações, plataformas, aeronaves e outras instalações, inclusive seu afundamento intencional em águas sob jurisdição nacional;
- O fato pode configurar, também, crime ambiental previsto no art.
 54, § 2º, IV e V, da lei 9.605/98

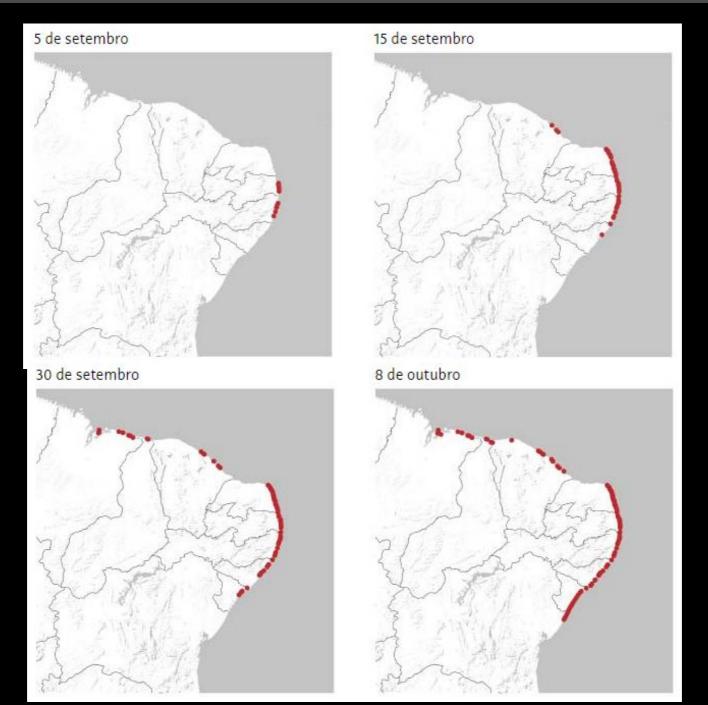


RETRATO DO DESASTRE

- O que se sabe até o momento? Qual o tamanho do desastre?
- Quantidade de petróleo coletado (percentual evaporado),
- Natureza: petróleo "cru" (laudo da Petrobras e UFBA) e de subsuperfície (dificuldade de mapeamento da "língua negra" por satélite),
- Marcadores biológicos do óleo sugerem semelhança com óleo da Venezuela. Necessidade de avaliação por perícia oficial.
- Total de áreas afetadas.



EVOLUÇÃO DAS ÁREAS ATINGIDAS PELAS MANCHAS DE ÓLEO

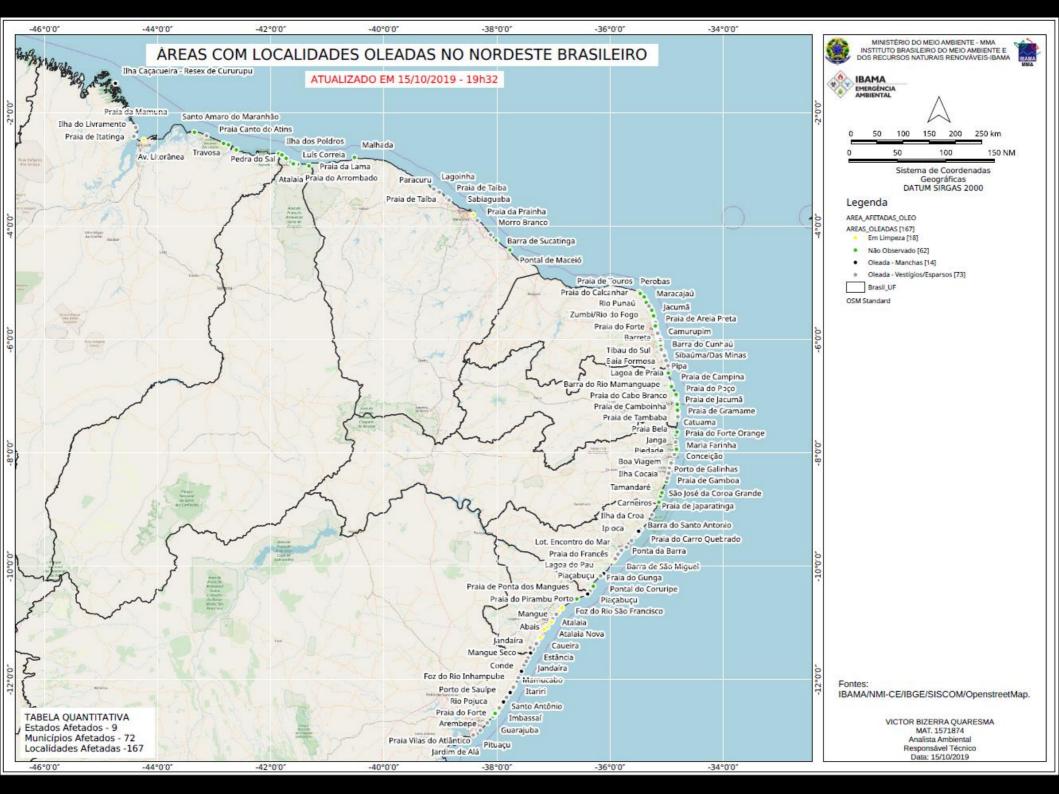


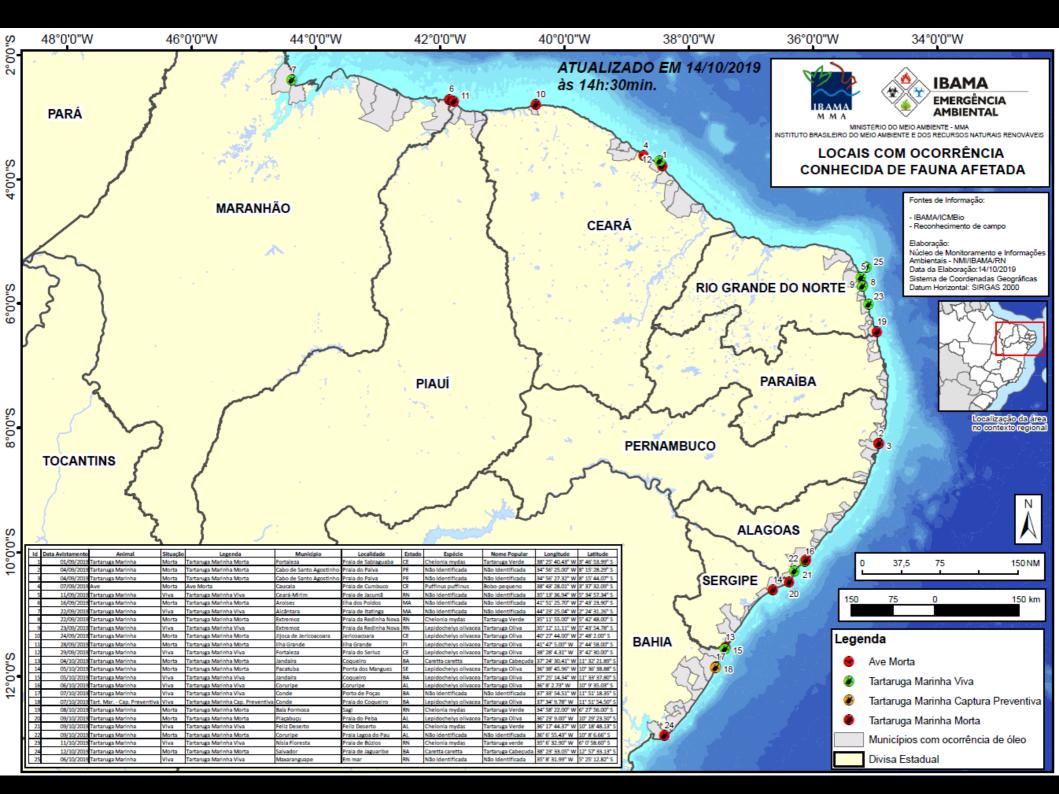


CRONOLOGIA DAS PRIMEIRAS MANCHAS DE ÓLEO (POR ESTADO)

NÚMERO	ESTADO	AVISTAMENTO
1°	PARAÍBA	30/08/19
2º	SERGIPE	02/09/19
3°	PERNAMBUCO	02/09/19
4º	CEARÁ	07/09/19
5°	RIO GRANDE DO NORTE	07/09/19
6°	ALAGOAS	07/09/19
7°	MARANHÃO	08/09/19
80	BAHIA	01/10/19



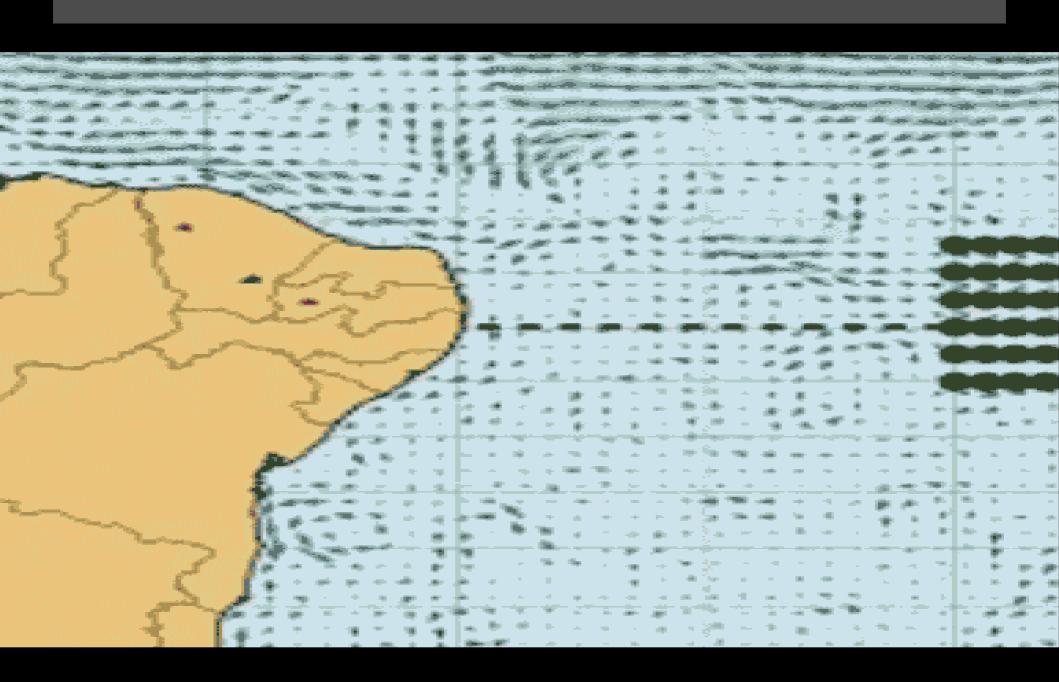




CORRENTES MARÍTIMAS



CORRENTES MARÍTIMAS



ATUAÇÃO DO MPF

As duas linhas de atuação:

- o Instar e cobrar as autoridades municipais, estaduais e federais na contenção, prevenção e limpeza urgente das praias e costões atingidos.
- Apurar a causa, a origem e os responsáveis pelo vazamento do óleo (investigação do crime ambiental)
- 9 procedimentos extrajuduciais instaurados pelo MPF em todos os Estados do NE com o objetivo de investigar o aparecimento de manchas de óleo e cobrar a atuação dos órgãos e das entidades federais, estaduais e municpais do meio ambiente;

• Destaques:

- o Ação Civil Pública em Sergipe nº 0805579-61.2019.4.05.8500;
- o Inquérito Policial nº 0404/2019-4 SR/PF/RN no Estado do Rio Grande do Norte (apuração em nível nacional da responsabilidade criminal);
- 24 recomendações somente no Estado do RN;
- Ação Civil Pública na Bahia nº 1012418-15.2019.4.01.3300;



RESPONSABILIDADES

• Civil:

- Multa (art. 25, § 2°, Lei n° 9966/2000);
- Indenização por danos materiais, morais e sociais;
 Ressarcimento
- Reponsabilidade ambiental <u>objetiva</u>, informada pela T<u>eoria do</u>
 Risco Integral (não admite excludentes) e <u>solidária</u>;
- o Princípio do risco controlado e o princípio da precaução (art.225,§1º, V e VII da CF). Falha no controle e monitoramento.

• Penal:

- o Art. 54, § 2°, V, da Lei 9.605/98;
- o Projeto de Lei 2.787/2019, que prevê alteração da Lei 9.605/98 para tipificar o crime de "ecocídio" (causar desastre ambiental com destruição significativa da flora ou mortandade de animais: pena de reclusão de 4 a 12 anos e multa). Altera também a multa de R\$ 50 e R\$ 50 milhões para R\$ 2 mil a R\$ 1 bilhão de reais.

RISCOS E INCERTEZAS

- Balanço das ações adotadas: medidas de reação e limpeza
 Inexistência de ações preventivas e de Planos de Contingência estaduais- Inexistência de Planos de àrea e planos não homologados. Ausência de mapa de sensibilidade nos planos de Área. Lacuna na legislação. Não aproveitamento do MAREM e das Cartas SAO.
- •Manchas de óleo passaram despercebidas por radares e pelas autoridades marítimas, dificultando a adoção tempestiva de medidas de prevenção e contenção. Ausência de ação planejada. Falha no controle. Ineficiciência Estatal na atuação retrospectiva. Poluidor indireto.
- Falta de informações sobre a possibilidade da chegada de novas manchas de óleo na costa, o que dificulta as ações preventivas
- Alcance e dano a áreas sensíveis -BA e SE (importância das Cartas de Sensibilidade ao Óleo, do MAREM, bem como dos planos de contigenciamento nacional e estaduais).

PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA

- Previsto no Decreto 8.127.13
- O que é?
- •Órgãos que o integram.
- Instrumento que fixa responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes para uma ação coordenada com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição e minimizar danos ambientais;
- Autoridade Nacional, Comitê Executivo, Grupo de Acompanhamento e Avaliação e Comitê de Suporte;



PLANO DE CONTINGÊNCIA

- •É hora de acionar o plano? Quem pode acionar e quando?
- Acionado pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação em casos de poluição por óleo de significância nacional;
- Como se avalia a significância nacional
- Art.17 do Decreto 8.127: quantidade de volume descarregado e ainda por vir, possibilidade de atingir áreas jurisdicionais de países vizinhos, sensibilidade ambiental da área afetada, poluição ou ameaça significativa a corpos d'água e outros recursos naturais, poluidor não identificado, em áreas não cobertas por Planos de Área.



COMPLEXIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

- Hipóteses levantadas:
 - Naufrágios;
 - Derramamentos acidentais ou voluntários por embarcações em águas superficiais;
 - Afloramento natural ou exsudação de petróleo (muito remota);
 - Lavagem de tanques de navios (muito remota pela quantidade de óleo);
 - Vazamento em plataformas;
 - Barris encontrados no litoral de Sergipe e Alagoas.



COMPLEXIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

- Dificuldades e desafios
 - Cooperação jurídica internacional e preservação da cadeia probatória- investigação dedutiva;
 - Demora no intercâmbio de informações entre os órgãos e as instituições responsáveis;
 - o Fatores técnicos ou científicos (ausência de identificação precisa por imagens de satélite do ponto de vazamento e necessidade de análise do material coletado por peritos oficiais).



REGISTRO DAS EMBARCAÇÕES EM 15/10/19





OBRIGADO